

Mrs Jane Karuku

President
Alliance for a Green Revolution in Africa (AGRA)
West End Towers, 4th Floor
Kanjata Road, off Muthangari Drive, Off Waiyaki Way
P.O. Box 66773
Westlands 00800
Nairobi
Kenya
JKaruku@agra.org, info@agra.org

CC. Sylvia Mwachuli

Communications and Public Affairs Director,
AGRA
smwachuli@agra-alliance.org

DECLARAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA ÁFRICA

MODERNIZANDO A AGRICULTURA AFRICANA: QUEM BENEFICIA?

A agricultura africana necessita de apoio e investimento. Há muitas iniciativas a emergir do Norte, incluindo a “Nova Aliança para Segurança Alimentar e Nutrição em África” dos G8 e a Aliança para uma Revolução Verde em África (AGRA). Estas iniciativas estão enquadradas em termos do Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) da União Africana. Isto dá-lhes uma cobertura de legitimidade.

Mas o que está a impulsionar estes investimentos e quem está colocado para beneficiar deles?

A onda atual de investimentos surge como fruto do acúmulo da crise global com dimensões financeiras, económicas, alimentares, de energia e ecológicas. A África é vista como tendo um fraco desempenho e em controlo de recursos valiosos que o capital procura com fins lucrativos. O Banco Mundial e outros dizem-nos que a África tem terra fértil em abundância e que a estrutura produtiva africana é ineficiente, pois é baseada em muitos pequenos terrenos produzindo principalmente para eles próprios e as suas vizinhanças¹.

A África é vista como uma possível nova fronteira para realizar lucros, com um olho na terra, em alimentos e, particularmente, em biocombustíveis. A onda recente de investimentos deve ser entendida no contexto da consolidação de um regime global alimentar corporativoⁱⁱ dominado por grandes corporações, especialmente no fornecimento de insumos (sementes e agroquímicos), mas também cada vez mais no processamento, armazenagem, comércio e distribuição.

Os G8 e a AGRA: uma nova onda de colonialismo

Ao centro das intervenções dos G8 e da Agra é a abertura de mercados e criar espaço para as multinacionais assegurarem lucros. Ambas as iniciativas são construídas na base de parcerias públicas-particulares (PPPs) com as grandes companhias multinacionais de sementes, fertilizantes e agroquímicos estabelecendo a agenda, e estados e instituições (tais como os G8, o Banco Mundial e

outros) e instituições filantrópicas (tais como a Agra e outras) estabelecendo os mecanismos institucionais e infraestruturais para a realização dessa agenda.

Corporações multinacionais tais como a Yara, Monsanto, Syngenta, Cargill e muitas outras querem assegurar mercados para os seus produtos em África. Em primeiro lugar, segurança significa proteção da sua propriedade privada do conhecimento na forma da proteção da propriedade intelectual (PI). Através da África, está em curso o que se denomina “harmonização” de leis e políticas para alinhar as leis e sistemas africanos com os interesses destas multinacionais.

A harmonização de leis de comércio significa a abertura de fronteiras através do continente para o comércio livre. Mas este é um comércio livre distorcido, um que favorece o ‘setor formal’ de mercadorias e serviços que tenham ido através de processos de aprovação e registo. Agricultores/as e outros/as produtores/as de bens e serviços que não podem pagar para entrar no sistema de aprovação oficial são marginalizados/as e o comércio dos seus produtos é rendido ilegal.

A propriedade privada do conhecimento e de recursos materiais (sementes e materiais genéticos, por exemplo) significa o fluxo de ‘royalties’ para fora de África e para as mãos das corporações multinacionais. Nalguns países onde as leis que protegem os interesses das corporações estão bem estabelecidas – por exemplo, na África do Sul – as multinacionais ocuparam inteiramente os sectores domésticos de sementes e agroquímicos com os lucros escoando para fora do país. O mesmo está a acontecer com os serviços agrícolas, de comércio, manufatura e mesmo de venda de alimentos.

As companhias privadas não estão a atuar sós. Estão a usar políticas e planos do governo que são favoráveis aos investidores para avançarem as suas agendas.

CAADP e políticas de investimento regionais: facilitando processos de colonialismo ‘bem ordenado’

Há muitas organizações e indivíduos bem-intencionados que vêem CAADP como um plano de investimento baseado em África. Mas a África não está isolada do mundo. O CAADP emerge no pico global do neoliberalismo no início dos anos 2000. Os governos africanos estavam capturados nas consequências de décadas de ajustes estruturais que levaram à saída líquida de recursos financeiros e outros recursos, da África para o resto do mundo. A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) foi uma iniciativa por governos selecionados de África para integrar a África em fluxos globais de capitais. A expectativa era que investimentos geradores de lucros, e a criação de condições para proteção destes investimentos, eram a oportunidade de África se colocar ao lado do resto.

Os governos africanos, desesperados por algum alívio financeiro, estão dispostos a fazer quaisquer mudanças necessárias para trazer capital para os seus países. As multinacionais estão a estabelecer os termos: harmonização, comércio livre, e proteção de PI ou não há investimentos. É pouco útil, portanto, fazer uma chamada para CAADP ser colocado ao centro dos planos de investimento. O CAADP é, em si próprio, um instrumento comprometido, que chama pelas políticas e programas favorecidos pelas multinacionais.

Segurança alimentar e investimentos impulsionados pelas multinacionais em África

A harmonização, o comércio livre e a criação de instituições e infraestrutura para facilitar a penetração das multinacionais na África são apresentadas como a resposta à segurança alimentar no continente. As corporações multinacionais, os estados africanos, estados fora da África, instituições filantrópicas, instituições multilaterais tais como o Banco Mundial e mesmo algumas organizações

não-governamentais, são todos parte desta agenda. Certamente que tantas organizações e pessoas não podem estar erradas?

A lógica é a da Revolução Verde: introduzir tecnologias e sistemas para aumentar a produção e vendas, fornecer crédito a produtores/as para terem acesso a estas tecnologias, e antecipar rendimentos crescentes a partir das vendas para cobrir o aumento no custo dos insumos. Expandir acesso a mercados globalmente e regionalmente para absorver o aumento na produção.

Este modelo pode beneficiar alguns e algumas, tal como as Revoluções Verdes o demonstraram na Ásia e, em menor medida, na América Latina. Contudo, também tem efeitos secundários sociais e ecológicos negativos. Tecnologias da Revolução Verde beneficiam relativamente poucos/as agricultores/as, muitas vezes à custa da maioria. Estas tecnologias resultam na concentração da propriedade da terra, num aumento das economias de escala (a produção tem de ser numa grande escala para entrar e permanecer em mercados) e num número decrescente de famílias produtoras de alimentos num contexto de opções limitadas para outros modos de subsistência.

Preocupações ecológicas acerca das tecnologias da Revolução Verde estão a assumir prioridade na agenda global, especialmente a perda de biodiversidade quando dominam os híbridos comerciais e sementes GM (especialmente no milho como um cultivo alimentar básico em África, e a introdução de soja como a base para biocombustíveis e abordagens de consorciação comerciais), degradação dos solos e poluição da água causadas pelo uso excessivo de químicos manufacturados nos fertilizantes sintéticos, e escassez de água causada pelo desperdício de água em irrigação.

A Revolução Verde produz benefícios assimétricos, favorecendo agricultores/as com recursos financeiros próprios, com acesso a mais terra e com alguma educação formal. A maioria de agricultores/as com poucos recursos é excluída do apoio público à agricultura, com quadros de infraestrutura e institucionais desenhados para o benefício da minoria.

Atualmente a segurança alimentar assenta-se fundamentalmente na produção em pequena escala e localizada. A maioria da população africana continua a depender na agricultura como uma importante, senão a principal, fonte de renda e subsistência. Na maioria de países Subsarianos, a agricultura é a atividade económica básica para 50% a 90% da populaçãoⁱⁱⁱ. Ainda que haja crescente urbanização, a maioria continuará a depender na agricultura para a sua subsistência durante as próximas décadas. A população rural continua a aumentar em termos absolutos mesmo quando a população urbana aumenta como proporção da população total.

Sabemos que nem todas estas pessoas beneficiarão destes novos investimentos. Vistas como mais ineficientes do que os/as produtores/as que estão numa posição de adoptar as novas tecnologias, muitas serão forçadas a abandonar a agricultura para se tornarem consumidoras passivas. Em vez de ampliar a grande base de produtores/as, os investimentos pelos G8 e pela AGRA, apoiados por políticas e recursos dos governos africanos, irão reduzir a base de produtores/as.

Os resultados práticos da onda recente de investimentos na agricultura africana expõem a retórica da segurança alimentar africana. São bem conhecidas as usurpações de terra flagrantes através do continente. Megaprojetos tais como o projeto ProSavanna no norte de Moçambique estão a despojar agricultores/as das suas terras e a impor estruturas para produção em grande escala para exportação. Investimentos em termos favoráveis (por exemplo, zonas livres de impostos e leis sobre a repatriação de lucros) minam até mesmo os benefícios questionáveis trazidos por um aumento em câmbios. Entretanto agricultores/as efetivos/as são removidos da terra e da única opção realista para subsistência. Os governos africanos e os seus 'parceiros' facilitam e implementam estes projetos.

Alternativas

Em primeiro lugar, estratégias diferenciadas são necessárias, para que sejam reconhecidos e vigorosamente apoiados mercados locais e informais, técnicas agrícolas comprovadas baseadas no baixo uso de insumos e ecologicamente sustentáveis incluindo consórcios, produção local de adubo, sistemas agrícolas mistos (gado, culturas e árvores), produção e uso local de biocombustível, e tecnologias intermediárias de processamento e armazenagem. A ênfase aqui é, na primeira instância, na segurança alimentar individual e do lar, com comercialização da produção excedente para além desta. A Avaliação Internacional do Conhecimento Agrícola, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (IAASTD) oferece propostas detalhadas e comprovadas cientificamente a este respeito.

Tecnologias de acesso aberto são um princípio essencial, especialmente em relação a sementes, onde todos os avanços tecnológicos recentes são baseados em 10,000 anos de experimentação e compartilha colectivas. Ninguém nem nenhuma corporação deveriam ser permitidos privatizar os resultados de pesquisa em curso. As companhias podem vender as suas variedades novas, mas uma vez vendidas, elas reentram a colecção comum que qualquer pessoa deve ser capaz de usar e melhorar à sua vontade.

O desenvolvimento tecnológico da Revolução Verde leva a um fosso cada vez maior entre a concepção e a execução, isto é, entre o conhecimento usado para a produção de uma variedade nova de semente e aqueles/as que usam a mesma semente. Uma alternativa, baseada em tecnologias de uso livre ou fonte aberta, é uma relação de trabalho muito mais estreita entre técnicos/as descentralizados/as e produtores/as para definir a agenda de investigação e desenvolvimento (que características procuram os/as agricultores/as em locais específicos, que culturas são prioridade para desenvolvimento, etc.). Cultivadores/as ou melhoristas de plantas são ainda capazes de fazer lucros vendendo as suas variedades novas aqueles/as que querem comprar sementes frescas, especialmente agricultores/as comerciais. Mas se agricultores/as escolhem reusar e adaptar sementes uma vez que a tenham comprado, esse deve ser o seu direito.

Nós, portanto, apelamos aos G8, AGRA, CAADP e outras instituições semelhantes para:

- Reconhecerem a variação entre agricultores/as e comprometerem-se a fornecer apoio apropriado e dedicado a todos/as os/as produtores/as de alimentos, e não só a uma pequena camada comercial;
- Abandonarem esforços para reclamar a propriedade privada do germoplasma, técnicas e conhecimento agrícolas e aceitarem que todos estes emergem de uma colecção comum;
- Investirem em e facilitarem o desenvolvimento de tecnologias de uso livre em conjunto com os/as agricultores/as;
- Investirem em agricultura ecológica de acordo com as propostas do IAASTD;
- Que financiamento para desenvolvimento seja baseado em subsídios e programas públicos não lucrativos;
- Assegurarem que pequenos agricultores e pequenas agricultoras estejam ao centro de qualquer estratégia para aumentar investimentos neste sector. Deveria haver reconhecimento das consultas em andamento do Comité de Segurança Alimentar Mundial (CFS) em Investimentos Agrícolas Responsável (RAI). Este processo foi o resultado de uma decisão do CFS em 2011 após a sua rejeição, em 2010, do modelo do Banco Mundial para Princípios de Investimento Agrícola Responsável.

Declaração assinada por:

Networks

1. Alliance for Food Sovereignty in Africa (AFSA), consistindo dos seguintes membros: African Biodiversity network (ABN), Coalition for the Protection of African Genetic Heritage (COPAGEN), Comparing and Supporting Endogenous Development (COMPAS) Africa, Friends of the Earth- Africa, Indigenous Peoples of Africa Coordinating Committee (IPACC), Participatory Ecological Land Use Management (PELUM) Association, Eastern and Southern African Small Scale Farmers' Forum (ESAFF), La Via Campesina Africa, FAHAMU, World Neighbours, Network of Farmers' and Agricultural Producers' Organizations of West Africa (ROPPA), Community Knowledge Systems (CKS) and Plateforme Sous Régionale des Organisations Paysannes d'Afrique Centrale (PROPAC).
2. Tanzania Biodiversity Alliance comprising of: ACRA, ActionAid International Tanzania; African Biodiversity Network; African Centre for Biodiversity (South Africa) Bioland; BioRe; BioSustain; Community Water & Environmental Association; (COWEA); CVM/APA (Comunità Volontari per il Mondo / AIDS partnership with Africa); Envirocare; ESAFF; MVIWATA; PELUM; Sustainable Agriculture Tanzania; Swissaid; ANCERT; Tanzania Organic Agriculture Movement and Tushiriki.
3. Alliance for Agro-Ecology and Biodiversity, Zambia Conservation, Zambia
4. People's Dialogue
5. Rural Women's Assembly

Organisations

1. African Centre for Biosafety, South Africa
2. Biowatch, South Africa
3. JINUKUN (Bénin)
4. Surplus People Project, South Africa
5. Women and Resources, Eastern and Southern Africa
6. FoodMattersZimbabwe
7. Kasisi Agricultural Training Centre, Zambia
8. Trust for Community Outreach and Training, South Africa
9. Inades Formation
10. ADISCO Burundi
11. ANORF Benin
12. Biodynamic Agricultural Association of South Africa
13. Campaign for Real Farming
14. Confederation Nationale Des Associations Des Cafeiculteurs (CNAC), Burundi
15. Community Technology Development Trust, Zimbabwe
16. Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indegenas (CONAMURI), Paraguay
17. Ecoterra Africa
18. Environmental Rights Action / Friends of the Earth Nigeria
19. FIAN Austria
20. FIAN Belgium
21. FIAN Burkina Faso
22. FIAN Germany
23. FIAN International
23. FIAN Nepal
24. FIAN Norway
25. FIAN Sweden
26. FIAN Switzerland

27. Food and Water Europe
28. GRAIN
29. Health of Mother Earth Foundation, Nigeria
30. Inades Formation Burkina Faso
31. Inades Formation Burundi
32. Inades Formation Chad
33. Inades Formation
34. Mothers for Africa, South Africa
35. Never Ending Food, Malawi
36. Réseau Africain Pour le Droit à l'Alimentation (RADPA) Kenya
37. Réseau Africain Pour le Droit à l'Alimentation (RADPA), Togo
38. Right2Know Campaign, South Africa
39. South African Peace Network
40. Washington Biotechnology Action group, USA

ⁱ World Bank 2009 "Awakening Africa's sleeping giant: Prospects for commercial agriculture in Africa's Guinea Savannah zone and beyond", World Bank Agriculture and Rural Development Unit, Africa Regional Office

ⁱⁱ McMichael, P. 2009 "A food regime genealogy", *Journal of Peasant Studies*, 36: 1, pp.139-169

ⁱⁱⁱ World Bank, "World Databank", <http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>